

Bairro a bairro

Campinas, 10 de dezembro de 2025

Este jornal, feito pelos alunos da PUC-Campinas, é um produto da disciplina Jornalismo Impresso Diário sob orientação do professor Artur Araujo

População em situação de rua cresce e preocupa



Assistente social a serviço da Prefeitura atuando na região da Catedral Metropolitana: desafio crescente às políticas públicas (Foto: Artur Araujo)

O Centro de Campinas tem presenciado um crescimento expressivo da população em situação de rua. Segundo o Censo da População em Situação de Rua em Campinas (2024), realizado pela Fundação FEAC e adotado pela Administração Municipal, 1.557 pessoas vivem nessas condições. Desse total, apenas 257 estão acolhidas em equipamentos públicos; as demais seguem nas ruas. O dado escancara a limitação de uma rede de apoio insuficiente para a demanda.

Mas os dados não falam sozinhos. A frieza dos gráficos contrasta com a realidade de quem improvisa um colchão de papelão sob uma marquise. Por trás da estatística, há um corpo exposto ao frio, uma mente fragilizada.

Para Vandecleya Moro, secretária municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, o desafio é estrutural. “Nenhuma cidade brasileira tem políticas suficientes para lidar sozinha com isso. Mas a rua não é lugar de morar, e ninguém sai dela com repressão.”

Página 5

Barragem de Pedreira cria polêmica na RMC

Defensores da obra, que é realizada pelo governo do Estado de São Paulo, afirmam que a construção vai garantir segurança hídrica para épocas de poucas chuvas na Região Metropolitana de Campinas. Já grupos ambientalistas veem com preocupação riscos de fragilidade do solo e a

ameaça a espécies endêmicas que vivem naquela região. Enquanto isso, a obra avança e está 47% concluída.

Técnicos do governo garantem que planos de emergência estão sendo criados para eventuais situações de risco.

Página 3

Após extrações, Campinas investe em microflorestas

Depois de um ano marcado por quedas de árvores e mais de 1.200 remoções por risco, a Prefeitura de Campinas intensifica agora a recomposição verde e começa a implantar 200 microflorestas em áreas quentes e vulneráveis, em um esforço para recuperar sombra, reduzir ilhas

de calor e equilibrar segurança e conforto térmico.

Segundo a Administração Municipal, a perda de sombreamento em função de podas e renovações de plantio ficou, em geral, entre 5% e 10% nas regiões afetadas.

Página 6



Atração turística e marco cultural está inativo (Foto: Pedro da Silva)

Theatro Municipal de Paulínia agoniza

Atualmente, o cartão-postal de Paulínia econtra-se fechado e dá sinais de desgaste. Relatos e registros de visitas descrevem carpete esfarelado, cabos arrancados, mesas

de luz e som ausentes e infiltrações. É o oposto do auditório de 1.350 lugares que recebeu artistas e estreias quando o polo audiovisual local vibrava.

Página 12

Campinas reduz violência entre torcidas

Polícia Militar atribui conquista a novas estratégias de inteligência no monitoramento de grupos organizados. Deputado propõe lei que responsabiliza clubes e torcidas e especialista em direito defente mais educação como forma de conter situação.

Página 9

Projeto antirracista visa o esporte

Apesar de uma extensa e rigorosa legislação contra o preconceito, os resultados ainda são modestos. Campanha em Campinas pretende dar uma virada nesta situação com o apoio da sociedade.

Página 8

Saúde de Campinas vive sobrecarga

Sindicatos apontam déficit de profissionais; Prefeitura afirma que a recomposição está em curso

Micaela de Lima Pereira

Ana (nome fictício, ela pediu para não ser identificada), 63 anos, tenta há três meses conseguir um encaminhamento para terapia ocupacional no Centro de Saúde onde é atendida em Campinas. “Meu médico disse que precisava avaliar o movimento da minha mão, mas ele vive sobrecarregado, e a agenda do especialista está parada”, contou.

O drama de Ana se repete em diferentes bairros da cidade, filas que começam antes do amanhecer, demora para consultas e equipes incompletas.

De acordo com dados compilados por sindicatos e pelo Conselho Municipal de Saúde

(CMS), entre 2021 e 2023, Campinas perdeu 187 médicos, sendo 132 apenas na Rede Mário Gatti e 55 na Atenção Primária e Saúde Mental.

Prefeitura nega

A Prefeitura de Campinas nega que haja déficit. Em nota oficial enviada à reportagem, afirmou que “não procede a informação sobre falta de profissionais” e que, de 2021 até 6 de novembro de 2025, foram contratados 678 médicos e outros 1.692 profissionais de saúde. Disse também manter concursos vigentes para repor saídas e reforçou a expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF), que hoje soma 246 equipes, além de 115 equipes de saúde bucal e 37

multiprofissionais (eMulti).

Segundo o município, a recomposição de pessoal estaria em curso e seria suficiente para garantir a manutenção dos serviços.

Para o Sindicato dos Médicos, a rede opera “com metas que atropelam o tempo clínico”, o que dificulta um atendimento seguro. “O médico atende de 20 em 20 minutos, mesmo em casos complexos. Sem equipes completas, o retorno não existe e a fila cresce”, afirmou o diretor do sindicato, Francisco Mogadouro da Cunha.

O Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo (Seesp) informou em nota oficial para a reportagem: “O enfermeiro absorve o impacto de todo o déficit”, citando a falta de técnicos,

auxiliares e agentes comunitários que deveriam oferecer suporte nas Unidades Básicas de Saúde. Vereadora e médica da rede municipal, Fernanda Souto (PSOL) também destacou: “Não faltam apenas profissionais, falta capacidade de manter quem já está. A rede está esticada ao limite”.

Ela lembra que o salário-base de um médico concursado em Campinas (R\$ 11.485,07) é menor que a bolsa paga a um profissional do programa federal Mais Médicos (R\$ 14.058,00). Na avaliação da parlamentar, a diferença desestimula novos concursos e dificulta a permanência dos que já estão na rede. “O modelo de gestão pressiona por produtividade, sem garantir condições de

trabalho dignas”, acrescentou.

A pressão também se acentuou na saúde mental. Em 2025, o convênio com o serviço Cândido Ferreira entrou em crise após o anúncio de 114 demissões, motivadas, segundo a instituição, por defasagem no repasse municipal.

O risco de paralisação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) levou a protestos, atos públicos e uma rodada de negociações que resultou em um acordo emergencial.

No Centro de Saúde onde é atendida, Ana aguarda mais uma semana pela ligação que ainda não veio. “Só quero ser atendida para voltar a mexer a mão direito. Mas parece que a fila anda mais devagar do que a dor”, desabafou.



De acordo com sindicatos e o Conselho Municipal de Saúde, a cidade perdeu 132 na Rede Mário Gatti, a qual pertence o Ouro Verde (Divulgação/ Prefeitura)

Ações contra a fome unem OSC e Prefeitura em Jundiaí

Bruna Nicole Félix

A Organização da Sociedade Civil (OSC) Hamburgada do Bem, de Jundiaí, realiza edições regulares em equipamentos públicos da cidade, como o CRAS Novo Horizonte, mobilizando moradores e voluntários de outras regiões para oferecer um dia de alimentação, brincadeiras e acolhimento a crianças em situação de vulnerabilidade. A participação é aberta, e quem se inscreve costuma contribuir com uma taxa para custear alimentos e estrutura. “O hambúrguer é a desculpa que usamos para levar amor, diversão, cuidados e informação”, afirma a organização.

Criada em 2015, em Guarulhos, a ONG usa o lanche como símbolo e ponto de partida para rodas de conversa, oficinas e integração social. Desde então, o projeto já atendeu quase 200 mil crianças em seis países, com apoio de mais de 80 mil voluntários. Em Jundiaí, o foco é oferecer um dia de afeto, convivência e escuta, o que, na prática, dialoga com a experiência de insegurança alimentar de muitas famílias.

Poder público

Do lado do poder público, o enfrentamento à insegurança alimentar é coordenado pela Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social

(UGADS) e pelo Fundo Social de Solidariedade. Entre as ações estão o Cestas do Bem, distribuição de cestas a famílias cadastradas, o VivaLeite, fornecimento de leite enriquecido a crianças até seis anos e idosos, a Divisão de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN) e iniciativas como Feira do Bem, hortas urbanas e Banco de Alimentos.

Os dados do Cadastro Único ajudam a dimensionar o quadro local. Em Jundiaí, entre 2020 e 2024, o número de famílias com registro atualizado oscilou entre 5 mil e 6 mil. Dentro desse grupo, as classificadas com insegurança alimentar grave foram 334 em 2020 (6,44%), 366 em 2022

(7,35%), o pior índice da série, 295 em 2023 (4,77%) e 216 em 2024 (4,2%). Os percentuais sugerem melhora recente, em linha com tendências nacionais, mas ainda representam centenas de domicílios onde falta comida em algum momento do mês.

Voluntariado

Especialistas alertam para o risco de naturalizar a substituição do Estado por iniciativas voluntárias. Na rotina das famílias, porém, a fronteira é menos nítida, a mesma pessoa que recebe a cesta municipal pode, no mês seguinte, depender de doações de igrejas, ONGs ou vizinhos. Nesse ecossistema, a Hamburgada do Bem atua como ação complementar,

sem escala para resolver o problema, mas com capacidade de mobilizar a cidade e dar visibilidade à desigualdade.

Ao aproximar voluntários de diferentes classes sociais das crianças atendidas, os eventos criam espaços de troca que vão além do lanche, histórias, contatos e vínculos que ajudam a tirar a fome da invisibilidade em uma cidade de bons indicadores econômicos. O desafio, para Jundiaí, segue duplo, ampliar a cobertura dos programas permanentes e manter viva a rede comunitária de apoio, para que o “dia de abundância” não seja exceção, mas parte de uma proteção social efetiva.



Eduardo Pazini, coordenador da Defesa Civil de Pedreira, afirma que a estratégia de segurança se apoia em monitoramento contínuo e manobras preventivas (Foto: Arquivo Pessoal)

Barragem de Pedreira gera polêmica

Obra avança, mas questionamentos sobre impacto, adutoras e riscos persistem entre especialistas

Ana Melissa Souza Pereira
Isadora de Castro Amancio

À margem do Rio Jaguari, as obras da barragem de Pedreira avançam entre canteiros, instrumentação e reuniões que buscam um consenso difícil: garantir segurança hídrica à Região Metropolitana de Campinas (RMC), historicamente pressionada por estiagens, sem ampliar riscos em área classificada por conselheiros ambientais como sensível do ponto de vista geológico. De um lado, órgãos estaduais e a Defesa Civil defendem a regulação de vazões e o reforço do abastecimento, de outro, surgem dúvidas sobre a localização e o impacto da intervenção.

Em entrevista, o engenheiro ambiental Eduardo Pazini, coordenador de Ações e Proteção da Defesa Civil de Pedreira, afirma que a estratégia de segurança se apoia em monitoramento contínuo e manobras preventivas, com possibilidade de esvaziamento controlado do reservatório. Segundo ele, a obra opera com sismógrafos, acompanhamento meteorológico e instrumentos

que medem deslocamento, percolação e umidade do maciço desde a fase de construção. A etapa seguinte é concluir e implementar o Plano de Segurança de Barragens e o plano de contingência. Pazini descreve o papel da represa no ciclo hidrológico do Jaguari: na estiagem, a vazão média ficaria entre 3 e 4 metros cúbicos por segundo, nas chuvas, poderia chegar a cerca de 98, diferença que, sem reservação, se perde. A regularização permitiria liberar água conforme a demanda das cidades.

O coordenador informou que a obra está 47% concluída e classificou como “ambiciosa” a previsão de término para o fim de 2026, devido a interrupções contratuais e frentes complexas de engenharia. Além da segurança, cita recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs), resgate de fauna durante interferências e possibilidade de uso público controlado do futuro reservatório.

Desde 2017, o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas (Congeapa) questiona a relação custo-benefício do empreendimento

caso as adutoras, previstas em documentos oficiais apenas para 2045, permaneçam no papel. Sem elas, levar água até Campinas, a cerca de 20 km da barragem, “se torna inviável”, além de persistirem dúvidas sobre o reforço a Pedreira e Amparo em cenários específicos. A moção também registra a proximidade de bairros e o fato de o eixo da barragem estar 50 m acima e a 2,5 km do centro de Pedreira, fatores citados como agravantes de risco.

Área de Cisalhamento

O alerta técnico se concentra na localização. A moção indica que a área está em Zona de Cisalhamento, faixa em que rochas sofrem deformações, alto fraturamento e potencial de movimentação de massa. O documento menciona ainda que a obra se insere na Zona de Conservação Geoambiental da APA, trecho com incidência de processos erosivos, além de movimentos sísmicos naturais mapeados oficialmente. Por esse conjunto, conselheiros classificaram, em tese, a intervenção como de alto risco e pediram medidas de suspensão, posição rejeitada pelos executores e órgãos es-

taduais. Questionado sobre fundação e estabilidade, Pazini afirmou que foram feitas injeções de concreto para cortar fraturas, além de monitoramento de vibrações e condições meteorológicas.

Nos pareceres, o Congeapa defende que a insegurança hídrica da RMC seja enfrentada com recuperação de nascentes, reflorestamento e alternativas de menor impacto.

Enquanto a Defesa Civil aguarda a contratação do IPT e a conclusão do plano de contingência, etapa que definirá rotas, sirenes e protocolos de alerta, conselheiros cobram respostas a moções pendentes desde 2017, além de detalhes sobre as adutoras e seu financiamento. A moção também registra que a Refinaria de Paulínia teria participado de estudos iniciais, argumento usado por críticos para associar a obra a interesses industriais.

O projeto seguirá sob fiscalização comunitária, com cobrança por transparência, treinamento da população e clareza sobre quando e como as adutoras transformarão a reservação em água disponível para a RMC.

Hortolândia vive refém do mau cheiro

Estação de Esgoto faz enfrentarem noites mal dormidas, problemas de saúde e promessas não cumpridas

Clarice Cardoso

Desde 2018, como se tivesse vontade própria, o mau cheiro se instala onde não foi convidado. Nas casas da região central de Hortolândia, é preciso segurar o fôlego quando se acorda. Uns arriscam abrir a janela, outros preferem puxar o ar curto, como quem tenta enganar o próprio nariz. O odor é pesado, ácido, um esgoto que parece ter parado no tempo. Fica mais forte depois das 20h, como se tivesse horário preferido para incomodar.

O morador da região central Luiz Antônio Gomes Filho diz que, em função do odor, festas foram canceladas. O presidente de uma associação de condôminos, que preferiu não se identificar, virou por-ta-voz de 600 famílias. Ele aprendeu a diferença entre reclamar e formalizar: “Muitos moradores reclamam de maneira informal por grupos de Whatsapp. A gente espera que, mesmo com as reclamações que fizemos, abaixo-assinados e os ofícios, algum órgão público se mobilize”, afirmou.

O odor também impactou o comércio local, especialmente estabelecimentos em áreas abertas. A proprietária do restaurante Flow, Heluana Rossi, que possui quadras esportivas, disse que o odor afastou clientes e prejudicou eventos. “Servimos comida em área aberta, e o cheiro era muito desagradável. Tinha gente que sentava, pedia alguma coisa e depois dizia que ia levar para casa porque estava dando dor de estômago e dor de cabeça”, relatou. Ela contou que, nos dias de cheiro mais intenso, os clientes ficavam menos tempo no local e reclamavam com frequência. O restaurante tentou usar aromatizantes e tampar ralos, mas nada adiantava. “O cheiro vinha e ficava grudado.” Segundo a comerciante, o pico ocorria sempre à noite, entre 18h e 19h, mas, nos últimos dias, houve uma leve melhora.

Reunião emergencial

A reportagem apurou que o prefeito Zezé Gomes e o vice Cafu César receberam a Sabesp em reunião emergencial em 27 de maio de 2025. A empresa prometeu novamente detalhar medidas para controlar o odor. Foram justificativas dadas em vão, promessas que já são conhecidas por quem mantém janelas fechadas há meses.

O assunto também chegou à Assembleia Legislativa. Em entrevista, a deputada estadual Ana Perugini, que acompanha a ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) desde a legislatura anterior, participou recentemente das vistorias técnicas e acompanhou inspeções que apontam o agravamento após o revolvimento do lodo acumulado por cerca de cinco anos. Com o material sendo mexido, gases foram liberados em grande volume. Aeradores foram trocados e tratamento químico emergencial aplicado, mas a deputada destaca que a solução foi insuficiente: “Sem modernização total, o problema volta.” Ela defende também que é necessária uma comissão de fiscalização permanente, formada pela participação da Prefeitura, Câmara e comunidade.

A Arsesp confirmou, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) solicita-



Luiz Antônio Gomes Filho reclama do mau cheiro da Estação de Tratamento de Esgoto, na varanda de casa (fotos: Clarice Cardoso)



A deputada estadual Ana Perugini: sem modernizar não resolve

da pela reportagem, falhas operacionais, equipamentos sobrecarregados e manutenção deficiente, dando início a processo sancionatório que exige respostas e prazos da Sabesp. A companhia garantiu que tudo estaria resolvido até dezembro de 2025.

O cheiro virou rotina, ocupa corredores, invade o ar-condicionado, as salas de aula e também consultórios médicos. O que era incômodo virou questão de saúde pública: dor de cabeça, irritação, noites em claro.

A ETE foi criada para que pudesse acompanhar o crescimento da cidade. Mas o sistema envelheceu antes de ser modernizado. Os registros, obtidos por meio de LAI junto à Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), mostram a evolução da crise, de relatos esporádicos em 2020 a diversas queixas diárias em 2025. Em junho, a fiscalização comprovou necessidade urgente de dragagem e controle de carga orgânica.

O cheiro surge quando a matéria orgâ-

nica se decompõe com pouco oxigênio, e surgem gases como sulfeto de hidrogênio, com cheiro de “ovo podre”. Em excesso, causam estresse contínuo, náusea e fadiga.

Procurada pela reportagem, a Prefeitura de Hortolândia informou que as informações a respeito da ETE Hortolândia devem ser apuradas junto à Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), Cetesb e Arsesp. A Sabesp não se manifestou e a Arsesp e a Cetesb informaram por meio da LAI.



A proprietária do Flow, Heluana Rossi: odor afastou clientes



Assistentes sociais abordam pessoas em situação de rua na região da Catedral Metropolitana de Campinas: tendência de alta (Fotos: Laís Machado e Gabriela Monteiro)

Situação de rua desafia política pública

Crescimento do número de pessoas pressiona rede de acolhimento dos serviços sociais de Campinas

Laís Barletta Machado
Gabriela dos Santos Monteiro

No decorrer das décadas de 2010 e 2020, o Centro de Campinas tem presenciado um crescimento expressivo da população em situação de rua. Praças e calçadas tornaram-se morada de pessoas que carregam, em seus rostos e pertences, marcas de rupturas profundas: conflitos familiares, dependência química e ausência de políticas habitacionais.

Segundo o Censo da População em Situação de Rua em Campinas (2024), realizado pela Fundação FEAC e adotado pela Administração Municipal, 1.557 pessoas vivem nessas condições. Desse total, apenas 257 estão acolhidas em equipamentos públicos; as demais seguem nas ruas. O dado escancara a limitação de uma rede de apoio insuficiente para a demanda.

A cidade acompanha uma tendência

nacional. Dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania mostram que o Brasil teve um aumento de 833% da população em situação de rua entre 2013 e 2023. O número saltou de 30.000 para mais de 280.000 pessoas.

Ao ouvir quem vive essa realidade, o quadro ganha contornos humanos. Um homem em situação de rua, que pediu para não ser identificado, contou que, após perder o emprego, passou por inúmeros locais. “Viajei umas 23 cidades aqui em São Paulo. Cheguei em Campinas por acaso. Aqui tem mais ajuda, mas também tem mais gente na mesma situação”, afirmou.

A assistente social Maria Aparecida Teixeira Régis, coordenadora do Centro POP Sares II, equipamento público destinado a essa população, esclarece como o serviço funciona: “oferecemos higiene, alimentação, atendimento psicossocial, palestras e apoio na emissão de documentos. Mas

atendemos o que conseguimos, com qualidade, para não precarizar esse cuidado.” O foco, segundo ela, é na escuta qualificada. O centro atende 70 pessoas por turno e a maioria é formada por homens em situação de extrema vulnerabilidade.

Mesmo com uma rede organizada, os números nem sempre convergem. A divergência de dados entre a Prefeitura, que considera cerca de 1.557 pessoas nas ruas, e o governo federal, cujo Cadastro Único aponta mais de 2.300 pessoas em situação de rua na cidade, ilustra o descompasso.

Mas os dados não falam sozinhos. A frieza dos gráficos contrasta com a realidade de quem improvisa um colchão de papelão sob uma marquise. Por trás da estatística, há um corpo exposto ao frio, uma mente fragilizada.

Para Vandecleya Moro, secretária municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, o desafio é estrutural. “Nenhuma

cidade brasileira tem políticas suficientes para lidar sozinha com isso. Trabalhamos para impedir que a pessoa vá para a rua, garantir acolhimento digno e oferecer meios de saída. Mas a rua não é lugar de morar, e ninguém sai dela com repressão.”

Ela aponta que Campinas atua em três frentes: prevenção, acolhimento e reintegração. A rede inclui abrigos, albergue municipal, casas de passagem e unidades especializadas, como a Casa da Gestante e o Bagageiro Municipal.

Apesar dos investimentos, a demanda avança mais rápido que a capacidade de resposta. Diante disso, prefeitos da região aprovaram, em 2024, um projeto-piloto de articulação regional para enfrentar o fenômeno de forma integrada.

A Prefeitura reconhece que ações emergenciais são importantes, mas insuficientes sozinhas. Por isso, aposta também na articulação com políticas estaduais e federais.



Maria Aparecida Teixeira Régis, coordenadora do Centro POP Sares II, no Centro



Moradores em situação de rua esperam o café da manhã no Centro POP Sares II



Plantio de microfloresta no Balão do Laranja (Fotos: Prefeitura de Campinas)

Campinas remove árvores e aposta em microflorestas

Após anos sem manutenção e 2 mortes em 2024, Prefeitura tenta reverter deterioração e quedas da cobertura verde com tecnologia e plantios densos

Jayane Capito Cordeiro

Após uma sequência de quedas e acidentes, o município intensificou em 2024 o manejo de risco e removeu mais de 1.200 árvores em vias públicas. Para repor e ampliar a cobertura verde, a gestão passou a implementar microflorestas urbanas (fragmentos densos de 200 a 1.000 m²), com prioridade em áreas mais quentes e vulneráveis. Todas as informações técnicas e o detalhamento dos locais foram obtidos pela reportagem via Lei de Acesso à Informação e constam de cadernos, mapas e ofícios enviados pela Secretaria de Serviços Públicos. Procurada para se manifestar por meio de assessoria de imprensa via e-mail e telefone até o fechamento da edição, a reportagem não foi atendida.

Os documentos oficiais descrevem o objetivo de criar 200 microflorestas distribuídas pela cidade, com plantios em áreas de 200 m², 300 m², 400 m² e 1.000 m². O material técnico indica prioridade para regiões com risco de ilhas de calor e lista bairros como Ouro Verde, Campo Grande, Barão Geraldo, Nova Aparecida, Sousas e Joaquim Egídio. O dossiê também reúne exemplos de canteiros e rotatórias que já receberam plantio, com área, perímetro e número de mudas por sítio. Entre os pontos detalhados, há trechos do Taquaral (entorno da Av. Theodureto de Almeida Camargo e Av. Brasil), com plantios que variam de cerca de 239 a 514 mudas por área, e intervenções no Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, com áreas de 1.028 m² a 2.077 m².

Segundo a documentação recebida via LAI, a pasta estima que a perda de sombre-

amento em função de podas e renovações de plantio ficou, em geral, entre 5% e 10% nas regiões afetadas, e acrescentou que as microflorestas buscam acelerar a recomposição. O conjunto de registros menciona 22.569 mudas já plantadas.

A mudança no uso dos espaços é percebida por quem frequenta as áreas verdes. No Parque do Taquaral, a moradora Vivian Fontes, 38, relata que o público passou a preferir horários de menor insolação: “as pessoas agora vão antes das 10h ou no fim da tarde”. Para ela, o essencial é a manutenção das árvores antigas, com estudo de solo e risco para evitar acidentes. O casal Vladimir e Sara Vive diz se sentir mais seguro após as podas (havia árvores com tronco apodrecido e bichos), mas cobra zeladoria contínua: “não deveria esperar acontecer alguma coisa pra tomar cuidado”.

Além do plantio, a Prefeitura anunciou, em 2024, um Plano de Arborização Urbana com diagnóstico por tomografia sônica para detectar cavidades internas e reduzir o risco de quedas, tecnologia que complementa vistorias visuais e laudos de arboristas. A resposta via LAI acrescenta o roteiro de implantação das microflorestas e placas informativas com métricas de área total, número de mudas e benefícios esperados (sombreamento, biodiversidade e mitigação de calor), a serem instaladas em todos os locais.

Enquanto a recomposição avança, permanece o desafio de conciliar segurança e conforto térmico. Os relatos de campo descrevem mais sensação de segurança após o manejo, mas também menos sombra em horários críticos.



Equipes da prefeitura de Campinas extraem árvores do Parque Taquaral em 2024



O prefeito Dário Saadi (de pé) anuncia o plano de arborização urbana



Ginásio de Esporte da Faculdade de Educação Física da Unicamp: bairros populares têm pouco espaço e acesso para aproveitar atividades no campus (Fotos: Rebeca Campos)

A periferia segue longe da Unicamp

Cursos gratuitos não chegam a quem mora longe do campus; trajeto pode durar mais que a própria aula

Rebeca Campos

No segundo semestre de 2025, a Faculdade de Educação Física (FEF) da Unicamp abriu mais de 3.100 vagas em 22 modalidades no programa de extensão, com ao menos 15 turmas gratuitas voltadas a idosos, crianças e pessoas com deficiência. A meta: democratizar saúde e lazer. Na prática, porém, os beneficiários se concentram no entorno do campus, enquanto a periferia quase não aparece nas listas de presença.

Planilhas internas mostram a Cidade Universitária no topo, com 4.928 registros históricos, e o centro de Barão Geraldo com 2.548. Na outra ponta, bairros populares quase não figuram: o Parque Valença (Campo Grande) tem 2 inscritos; o Oziel, 3. A distância não é medida em quilômetros, mas em tempo e dinheiro.

Uma simulação de deslocamento no início da noite, faixa de muitas aulas, indica 55 minutos do Terminal Ouro Verde até a catraca da FEF. Do Campo Grande, o percurso exige baldeações e consome uma hora e dezesseis minutos. Para uma aula de 50 minutos, o trabalhador gastaria perto de 3 horas no trajeto e R\$ 11,40 em tarifas. O curso é gratuito; chegar até ele, não.

Moradora de república em Barão Geraldo, Suelen Biason resume o efeito-bolha: “Eu não acho que saberia ou me interessaria pela FEF se não fosse por minhas amigas, que são estudantes da Unicamp”. Segundo ela, a divulgação corre “a fibra óptica” entre repúblicas e corredores, mas “nunca vi uma propaganda da FEF no meu bairro”. Mobilidade pesa ainda mais: “Se eu tivesse que pegar um ou dois ônibus, eu não faria. Seria inviável”.

Para o coordenador de extensão, o professor Evandro Lazari, a demanda alta significa ocupação total e adesão da comunidade: “acredito que a barreira do elitismo já foi vencida”. A faculdade está em obra: reforma de quadras e um novo ginásio prometem ampliar a oferta. “A gente tem muito o que poderia crescer ainda”, diz.

Lazari admite falhas de alcance e afirma que a FEF finaliza um plano estratégico de comunicação, com redes digitais e parcerias com escolas, para furar o bloqueio informacional fora do campus. São medidas em formulação.

Novas frentes

Enquanto o plano de comunicação não sai do papel, duas frentes estão sendo preparadas:

- Bolsas de transporte e alimentação, em estudo na Pró-Reitoria, para reduzir o custo do deslocamen-

to de baixa renda;

- Descentralização: levar monitores da FEF a escolas estaduais, aproximando as atividades dos bairros.

A FEF entrega qualidade técnica e ginásios bons; o que falta é a costura com a “cidade real”. A extensão pretende ser porta de entrada para quem está longe da universidade, mas hoje o CEP ainda decide quem consegue aproveitar a gratuidade. Como define Suelen, “é um serviço de cidadania; não tem que ser só para alunos ou elitizado ali no canto”.

Se os ônibus demorarem menos, se bolsas saírem e se a divulgação chegar aos terminais, e não apenas às repúblicas, o mapa de inscritos pode, enfim, se expandir de modo consistente. Até lá, a inclusão continuará esbarrando no custo de atravessar a cidade.



O professor e coordenador Evandro Lazari: “a barreira do elitismo já foi vencida”



A FEF entrega qualidade técnica e ginásios; o que falta é a costura com a “cidade real”

Jogo contra o racismo continua lento

Iniciativa em Campinas procura enfrentar a omissão diante do preconceito racial nas quadras

Manuella Bravo
Rafael Paiva

Nos discursos oficiais, o esporte é apresentado como território de união, respeito e igualdade. Mas, dentro das quadras, campos e arquibancadas, a realidade guarda contradições profundas: ofensas explícitas, processos que não andam e estruturas que mantêm minorias fora dos espaços de decisão.

No papel, o combate à discriminação parece avançado. O Código Brasileiro de Justiça Desportiva (art. 243-G) prevê suspensão de atletas, multas e até exclusão de clubes por atos discriminatórios. A Federação Paulista de Futebol estabelece a obrigação de denunciar comportamentos racistas, e o protocolo da FIFA orienta árbitros a interromper ou encerrar partidas diante de manifestações racistas. Ainda assim, entre norma e prática, há um abismo.

Os números ilustram esse descompasso. Segundo o Relatório do Observatório da Discriminação Racial no Futebol (ODRF) de 2023, foram registrados 250 casos de discriminação no esporte brasileiro, 74% deles classificados como racismo. Trata-se de um aumento de mais de 500% desde 2014. Em São Paulo, o relatório aponta 18 incidentes em estádios somente em 2023 e, em âmbito mais amplo, 7.153 registros de injúria racial no estado no mesmo ano, um crescimento de 81% em relação a 2022.

Em Campinas, o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e à Discriminação Religiosa da Prefeitura de Campinas acompanha denúncias desde a inauguração, em 2016. Elisângela Nunes de Oliveira, chefe de setor, detalha o trabalho: “o serviço é destinado ao acolhimento, acompanhamento e encaminhamento de denúncias da prática de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, bem como à realização de ações voltadas para a promoção da igualdade e combate à discriminação racial e religiosa.”

Elisângela observa que há uma ideia difundida de que “campos, ginásios, estádios, entre outros, são ambientes em que tudo se justifica pela paixão e competitividade”, e que isso acaba naturalizando práticas que seriam reprováveis em outros espaços. Sobre o papel das instituições, Elisângela é direta: “acredito que deveria haver campanhas educativas maciças e também que, além da responsabilização individual dos autores de racismo e outras discriminações, clubes e federações também deveriam sofrer penalidades severas”.

Questionada sobre a capacidade do Ministério Público e do Judiciário em atuar com agilidade, ela aponta avanços e desafios: “o Ministério Público tem sido muito parceiro nessa luta.” Ela completa dizendo que o racismo institucional e a falta de olhar para questões raciais ainda são muito presentes no Judiciário e no Ministério Público.

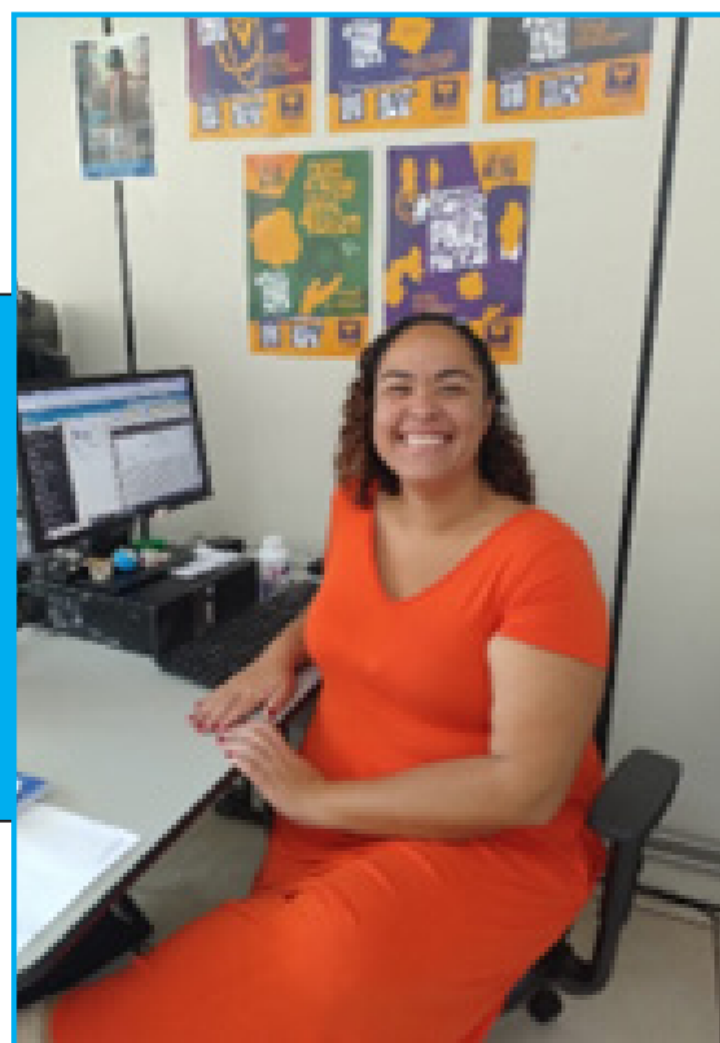
Nos ginásios, histórias semelhantes se repetem. Em 2025, o jogador do Vôlei Renata Sub-21, Yan Patrick Santana, descreveu o ataque que sofreu durante uma partida contra o Itaquá Vôlei. Relato do atleta: “O episódio aconteceu numa partida do



O programa “Antirracista Pela Cor do Esporte”, lançado em novembro, é exemplo de articulação para enfrentar o tema (Foto: Rafael Paiva)



Yan Santana disse ter tido suporte da equipe (Arquivo pessoal)



Elisângela Oliveira: campanhas educativas (Arquivo pessoal)

Sub-21, Vôlei Renata x Itaquá, em um momento em que eu estava no saque, um torcedor me chamou de ‘preto sujo’. Alguns companheiros meus que estavam dentro de quadra ouviram, me falaram e consultaram o árbitro também.”

Yan disse ter tido um bom suporte por parte do Vôlei Renata. No momento em que o árbitro ficou sabendo, ele parou o jogo, chamou a polícia, a polícia chegou e resolveu o caso.” Mesmo com a ação imediata na quadra, o desfecho judicial e dis-

ciplinar costuma ser lento ou inexistente, o que alimenta descrença. Como observa Elisângela, “a partida parou, mas o processo não andou”, e essa sensação é partilhada por quem tenta buscar justiça.

Diante da situação, surgiram iniciativas locais que tentam transformar o discurso em prática. O programa “Antirracista Pela Cor do Esporte”, lançado em 17 de novembro, é um exemplo de articulação institucional para enfrentar o problema. O evento de lançamento reuniu clubes, atle-

tas, universidades, o Ministério Público e a Prefeitura, e apontou medidas práticas para atuação imediata e de médio prazo.

O projeto propõe medidas como a cartilha “Acordo Pela Cor do Esporte”, a criação de um canal direto de denúncias (acordoesporte@mpsp.mp.br), oficinas formativas e estabelecimento de metas e indicadores para monitoramento das ações. A intenção é que as denúncias não fiquem sem resposta e que o processo de responsabilização seja constante, transparente e mensurável.



Estádios do Guarani e da Ponte Preta: estratégias policiais estão reduzindo sensivelmente o número de ocorrências de conflito após partidas de futebol (Prefeitura de Campinas)

Campinas reduz violência entre torcidas

Além de estratégia policial, especialista defende educação e deputado quer responsabilização de clubes

Lucas Brigagão

Em 2025, Campinas tem vivido uma mudança silenciosa e significativa: a diminuição dos confrontos violentos entre torcidas organizadas. A estatística, antes preocupante, agora aponta para uma realidade menos conflituosa, especialmente nos arredores dos estádios e durante deslocamentos de torcidas. Em 2024 houve 13 ocorrências de violência, o que representou 1,08 por mês, e, em 2025, até novembro, 4 episódios, 0,3 por mês.

Esse novo cenário, segundo o tenente coronel PM Sérgio Domingos da Cunha Bonato Júnior, comandante do 1º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (BAEP), responsável pelo policiamento em dias de jogo na cidade, é resultado direto de uma atuação policial mais estratégica.

“A Polícia Militar atua preventivamente em todo o trajeto das torcidas organizadas,

justamente para evitar confrontos”, explica o policial.

Segundo Bonato, mesmo com o policiamento ostensivo e a inteligência aplicada em cada evento, o fator decisivo ainda é a decisão individual de cometer atos criminosos. “Eles passam dias se organizando, marcando brigas pela internet.”

Esse comportamento, no entanto, parece estar em declínio. Informações colhidas pela Polícia Militar mostram que os registros de ocorrências diretamente ligadas a brigas entre torcidas caíram de forma considerável nos últimos cinco anos na cidade. Ainda que os números exatos estejam sob sigilo operacional, o próprio PM afirma que “a queda é significativa e consistente”.

Além do reforço no monitoramento, que inclui o mapeamento de pontos críticos com base no histórico de conflitos e no perfil das partidas, a PM passou a atuar com maior integração entre batalhões e a

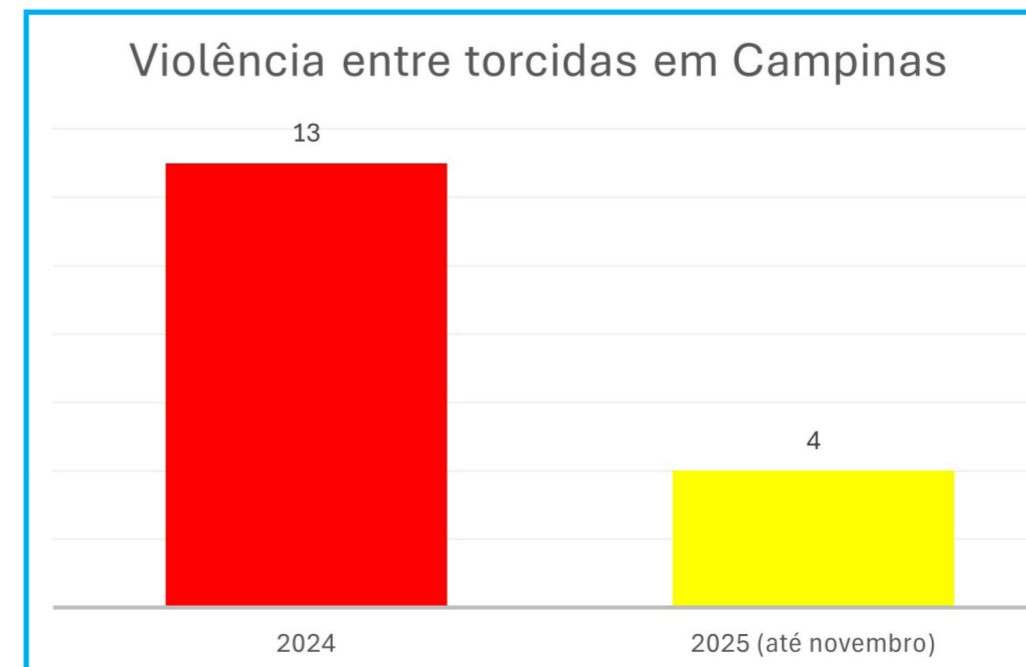
adotar práticas de inteligência baseadas em dados e redes sociais. A presença ostensiva nas chamadas “rotas de confronto” e nos entornos de sedes de torcidas organizadas também foi ampliada.

Este novo cenário favorece não apenas a segurança pública, mas também a experiência do torcedor comum, que deseja ir ao estádio sem medo. O discurso do capitão encontra eco em propostas como a do deputado federal Jonas Donizette (PSB-SP), de Campinas, que pretende endurecer as regras de responsabilização de clubes e torcidas organizadas.

Jonas Donizette apresentou o Projeto de Lei 4338/2024 com um objetivo claro: garantir que as vítimas de violência tenham acesso rápido à reparação, e que os clubes não fiquem isentos quando contribuem, ainda que indiretamente, para os atos criminosos praticados por suas torcidas organizadas. “Se a torcida envolvida foi finan-

ciada pelo clube, direta ou indiretamente, a agremiação também responde civilmente, de forma objetiva e solidária”, afirmou o deputado federal.

Para o advogado Ricardo Russo, especialista em direito desportivo e conselheiro do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (IBDD), há uma camada mais profunda nesse fenômeno: a falta de educação e consciência cívica entre parte significativa dos torcedores organizados. “A falta de punição é um fator relevante, sim. Mas o que pesa mesmo é a ausência de civilidade e do verdadeiro espírito do esporte”, afirmou Russo. Segundo ele, muitos jovens que integram torcidas violentas não recebem a devida instrução formal, nem encontram espaços de socialização que canalizem suas emoções de maneira saudável. Soma-se a isso o abandono de políticas públicas de cultura e esporte que poderiam oferecer alternativas às dinâmicas violentas.



Infográfico mostra contraste entre conflito de torcidas ano passado e em 2025 (fonte: PM)



O deputado federal Jonas Donizette quer responsabilizar clubes e torcidas (Divulgação)



Patrimônio histórico tombado em 1983, o Casarão Pau Preto é ele próprio um atrativo cultural: taxa de ocupação dos eventos é pouco maior de 10% (Foto: Laura Mendes)

A cultura é gratuita, mas acesso é baixo

Iniciativas culturais no Casarão Pau Preto sofrem com a baixa adesão em Indaiatuba

Laura Mendes

“Vou menos do que gostaria”. Morador do Jardim Monte Carlo, a cerca de 7 quilômetros do Casarão Pau Preto, João (nome fictício), 32, frequenta o Ponto MIS, programa do Museu da Imagem e do Som de São Paulo, de uma a duas vezes por mês. Ele relata dificuldade de locomoção e pouca oferta de ônibus até o Centro Cultural.

No sentido oposto, a experiência de Júlia Romani, 23, é bem mais simples: moradora do Jardim Adriana, a aproximadamente 2 km do museu, descreve o deslocamento como “muito tranquilo”.

Criado para democratizar o acesso ao cinema e formar públicos e realizadores, o Programa Ponto MIS é uma parceria do MIS com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado.

Segundo informações do próprio programa, a iniciativa, que abrange todo o estado, já impactou mais de 58.347 pessoas, com exposições e

oficinas voltadas a processos criativos e à capacitação de cineastas locais das cidades do interior.

Em Indaiatuba, as atividades ocorrem desde 2022 no Museu Municipal Antônio Reginaldo Geiss, o Casarão Pau Preto, na região central. Apesar da localização relativamente acessível, a malha de transporte público é alvo de críticas, sobretudo aos fins de semana, quando o fluxo para o programa costuma crescer. Usuários apontam que linhas de maior alcance, como a 320 (João Pioli × Campo Bonito) e a 303 (Morada do Sol × Costa e Silva), operam com intervalos considerados longos, o que desestimula a ida ao equipamento cultural pela espera acumulada.

A dificuldade não se restringe ao transporte. A divulgação é percebida como outro gargalo. “A comunicação do projeto ainda é precária e poderia melhorar”, avalia Abraão Lincoln Soares, 51. Andressa Silva, 29, diz sentir falta de um canal concreto e acessível por parte

da prefeitura, com atenção às pessoas sem internet e que vivem em bairros afastados. Procurada quatro vezes entre outubro e novembro, a Prefeitura de Indaiatuba não se manifestou até o fechamento desta edição sobre eventuais parcerias com a empresa de ônibus local, SOU, para facilitar o acesso de moradores de áreas mais distantes.

Lei de Acesso à Informação

Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) indicam frequência reduzida no Ponto MIS local. De 2022, ano de início das ações no Casarão, até setembro de 2025, foram realizados 179 eventos, com média de ocupação de 11,37% por atividade.

Houve algumas tentativas pontuais de descentralização: neste ano, ocorreram uma sessão no Museu da Água e outra no Centro Cultural da Morada do Sol.

Patrimônio cultural

Patrimônio histórico tombado em 1983, o Casarão Pau Preto é ele próprio um atrativo cultural. Erguido

no início do século XIX (entre 1810 e 1820), reúne técnicas construtivas de taipa de pilão e taipa de mão, e hoje abriga o Museu Municipal Antônio Reginaldo Geiss e a sede da Fundação Pró-Memória.

O acervo supera 1.500 itens, entre móveis, utensílios, roupas e documentos que narram a história local. O complexo inclui ainda uma antiga caixa d'água, o “Castelo d'Água”, construída entre 1885 e 1892, e áreas externas com bosque e galeria a céu aberto, que sediam exposições, oficinas e mostras.

A continuidade do Ponto MIS em Indaiatuba depende, na prática, segundo a reportagem apurou, de três frentes distintas: melhorar o intervalo e o desenho das linhas de ônibus nos fins de semana; fortalecer a divulgação, especialmente offline, para atingir públicos sem internet; e manter a expansão de sessões para outros polos do município. Só assim uma programação pensada para ser democrática tende a, de fato, chegar a mais gente.



Sarau na Estação Jacuba que reúne de 300 a 2 mil pessoas por edição e concentra o debate local sobre arte, regras e financiamento público (Divulgação/ Prefeitura de Hortolândia)

Verso livre enfrenta pauta de costumes

Em Hortolândia, a poesia periférica do rap provoca polêmica com a defesa de valores tradicionais

Adalberto Alves de Oliveira

Quando a poesia sobe ao palco, Hortolândia se divide. De um lado, o verso livre. De outro, a pauta de costumes. O embate chegou à cultura de rua e se concentra na Parada Poética, sarau que reúne centenas de jovens, e na Batalha de Rimas e Conhecimento, a BRC. A controvérsia começou com acusação de pornografia infantil e avançou para a discussão sobre verbas públicas, o que recolocou em pauta o alcance e as limitações do direito à palavra.

A tensão cresceu em 2022, quando o então vereador Eduardo Ricatto, hoje no União Brasil, publicou no Facebook nota de repúdio à Parada Poética. Ele afirmou que, com dinheiro público, crianças teriam sido expostas a poesias de cunho sexual explícito, e classificou a situação como inadmissível. A postagem questionou o investimento de 112 mil reais da Prefeitura

de Hortolândia e reacendeu o debate sobre fronteiras entre arte, moral e intervenção estatal na cultura periférica.

Três anos depois, em entrevista, Ricatto apresentou outra leitura. Disse que houve um caso antigo em que alguém usou palavras inadequadas para o ambiente, comentou que havia muitas crianças e que ficou triste na ocasião. Afirmou não se lembrar da existência de classificação etária naquele momento. O episódio ilustra como um comentário moral pode transformar uma apresentação artística em tema público e como a pauta de costumes passou a integrar o discurso político, influenciando a cultura nas periferias.

A Parada Poética, idealizada pelo rapper Renan Inquérito, acontece mensalmente na Estação Jacuba e mantém microfone aberto, sem seleção prévia. A BRC, criada pela Prefeitura em 2022 e mediada pela MC Crônica Mendes,

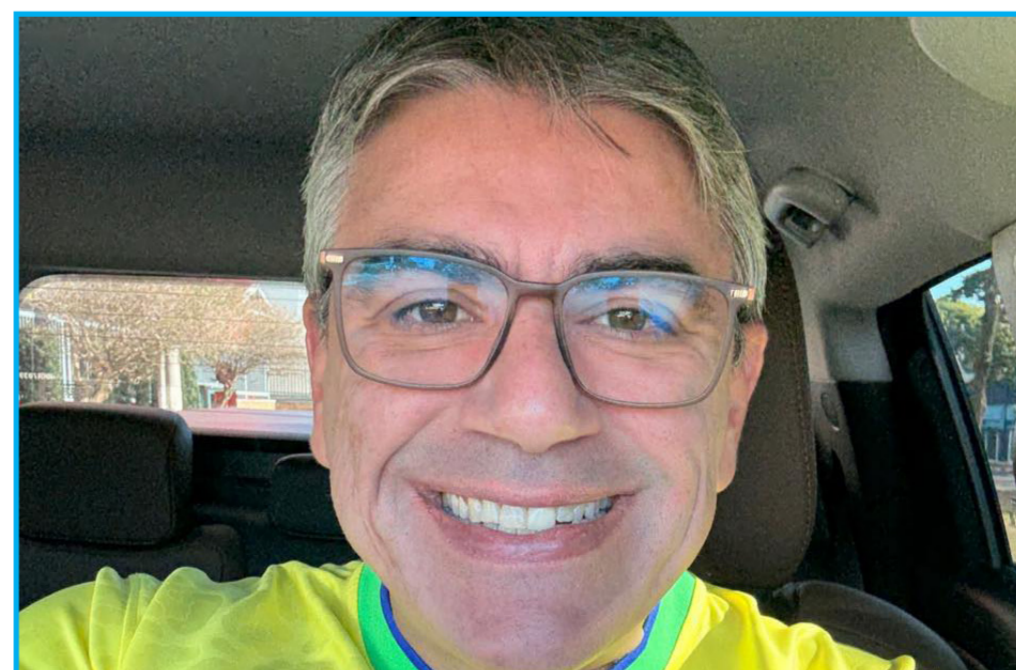
tem natureza competitiva, com júri, classificação indicativa e código de conduta elaborado pela Secretaria de Cultura. O regulamento oficial proíbe palavrões, ofensas e manifestações consideradas inadequadas ao público. Materiais de 2024 e 2025 indicam classificação de 16 anos, que sobe para 18 em eventos noturnos. Para a Prefeitura, as regras asseguram respeito e segurança. Parte dos poetas e MCs, contudo, vê nessas normas uma institucionalização da linguagem, compreendida como filtro que pode reduzir a força crítica e expressiva da arte.

Dentro da Secretaria de Cultura, o tema ficou sensível. Mesmo com solicitações formais via Lei de Acesso à Informação, o repórter não obteve dados detalhados sobre orçamento, regulamentos complementares ou relatórios de impacto. O Portal da Transparência indica contratos entre 85 mil e 225 mil reais para a Parada

Poética, de 2022 a 2025, e entre 72 mil e 135 mil reais para a BRC, o que confirma o aumento do investimento público na cultura hip hop local.

A institucionalização trouxe sua própria tensão. A arte periférica, marcada por crítica social, linguagem direta e experimentação, passou a atuar sob códigos e classificações. O público jovem, porém, segue presente em peso, entre 300 e 2 mil pessoas por edição, conforme estimativas. Cada microfone se converte em arena de disputa por rimas e por autonomia de expressão.

Entre microfones e regulamentos, a cultura de rua em Hortolândia expressa um processo mais amplo. A juventude periférica conquistou espaço e busca preservá-lo perante regras definidas pelo mesmo Estado que financia as atividades. O debate local sobre costumes extrapola fronteiras municipais e reflete a discussão nacional sobre arte, moral e políticas públicas.



Ricatto, que, após o repúdio em 2022, considerou o fato “triste” (Arquivo pessoal)



Renan Inquérito, idealizador da Parada Poética: sarau de microfone aberto (Divulgação)

Paulínia vive agonia de sonho cultural

Inaugurado como polo de cinema e dramaturgia, equipamento público está se acabando aos poucos

**Mariana do Prado Rusew Bueno
Pedro Henrique da Silva**

No dia 4 de julho de 2008, Paulínia parou. Sob o dourado da luz de fim de tarde e sob as colunas monumentais recém-erguidas por Ismael Solé (o mesmo arquiteto da Sala São Paulo), a cidade recebeu Fernanda Montenegro. Ao pisar no palco inaugural do Theatro Municipal, ela ergueu os braços e selou o destino simbólico do lugar, afirmando que “Paulínia é Paulínia a partir desse teatro”. A frase ecoou como bênção e profecia. Quase duas décadas depois, esse eco se transformou em ruído.

Hoje, o cartão-postal está fechado e dá sinais de desgaste. Relatos e registros de visitas descrevem carpete esfarelado, cabos arrancados, mesas de luz e som ausentes e infiltrações. É o oposto do auditório de 1.350 lugares que recebeu artistas e estreias quando o polo audiovisual local vibrava.

O Theatro nasceu como peça central do projeto Magia do Cinema, parte de um ciclo de investimento público que aprovou cerca de R\$ 100 milhões a partir de 2005, ergueu cinco estúdios (um deles dedicado à animação) e criou um edital que financiou longas como O Palhaço (2011) e Faroeste Caboclo (2013), exigindo filmagens na região. O prédio era o coração simbólico e operacional dessa engrenagem.

De 2007 a 2014, o festival de cinema

e a programação do Theatro alteraram a rotina da cidade: tapete vermelho, plateias cheias, restaurantes lotados, elogios à acústica. Em 12 de abril de 2012, porém, o então prefeito José Pavan Jr. anunciou a suspensão do festival, alegando crise e falta de patrocínio, o que desmontou o motor de visibilidade e de fluxo do polo.

Houve tentativas de retomada. Em dezembro de 2013 e julho de 2014, Edson Moura Jr. reassumiu interinamente, reativou o evento e abriu a 6ª edição em 11 de junho de 2014. Dias depois, uma nova reviravolta política encerrou de novo o festival e, com ele, o polo.

“O Theatro veio em função da criação do polo de cinema. Não fazia sentido criar um polo sem uma sala adequada para sediar o festival”, resume o jornalista e crítico João Nunes, que acompanhou sete edições. Para ele, “bastou acabar o polo e o festival para começar a deterioração, porque abandonaram o teatro”.

Thiago Silva, diretor do Teatro CE-ART, descreve o custo da interrupção: “Quando um governo decide abandonar um projeto cultural porque ele está ligado ao governo anterior, quem perde não

é o prefeito, é a cidade. Um teatro como aquele não se fecha. E, quando fecha, você não reabre apenas com vontade, porque a cultura exige continuidade.”

A noite de estreia ficou marcada pela fala de Fernanda Montenegro, um divisor simbólico na ambição cultural do município. Hoje, as colunas de Ismael Solé ainda impressionam à distância, mas nada nelas revela o que há por dentro.

Em 2024, a Secretaria de Esportes, Cultura, Turismo e Eventos tem dotação total de R\$ 62,78 milhões, e a função Cultura, especificamente, soma R\$ 10,013 milhões no orçamento.

Para 2025, o Plano Anual de Contratações registra um item específico, “contratação de empresa para elaboração de projetos de revitalização do Theatro Municipal de Paulínia”, estimado em R\$ 600 mil, com abertura prevista para agosto de 2025. Trata-se de projeto executivo, etapa anterior à obra.

Há base legal para delegar à iniciativa privada a reforma, ampliação, adequação e exploração do teatro. A Lei Municipal 4.408/2023 alterou a redação da Lei 4.126/2022, autorizando expressamente a concessão, com concorrência e onerosidade, inclusive prevendo a possibilidade

de agregar bens ao objeto para viabilizar o modelo. É um instrumento disponível, ainda sem cronograma público de uso.

Na Câmara, vereadores cobram detalhes, como estudo de viabilidade técnica, econômica e jurídica para concessão ou PPP, estágio dos trabalhos, prazos e previsão orçamentária para reabrir o Theatro, seja por gestão direta, seja por parceria. As perguntas registradas em 2025 oficializam o que a comunidade cultural repete há anos, faltam decisões.

Durante os anos de festival e agenda ativa, o Theatro, segundo João Nunes, irradiou efeitos culturais e econômicos: programação infantojuvenil com escolas, contratação de figurantes locais, shows e concertos, restaurantes lotados, profissionais do audiovisual fixando residência e montando produtoras na cidade. A presença das equipes e dos atores nas ruas, lembram frequentadores, alterou hábitos e derrubou a “aura” de distância entre público e artistas. Na avaliação do crítico de cinema, não houve problema de gestão técnica durante os anos em que o polo e o festival funcionaram, a deterioração apareceu quando a política interrompeu o ciclo.

A Prefeitura foi procurada, mas não respondeu por meio da assessoria de imprensa. O retorno veio por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), com orientação para consultar processos e fiscalizações no TCE, mas sem apresentar prazos, projetos executivos concluídos ou medidas efetivas para a reabertura.

Atualmente o cartão-postal da cidade apresenta nítidos sinais de deterioração e está inativo



Sinais de desgaste do Theatro Municipal, que nasceu como parte do projeto Magia do Cinema (Fotos: Mariana do Prado Rusew Bueno e Pedro Henrique da Silva)